

Relatório do coordenador - **Solicitadoria**

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

Objectivos gerais do ciclo de estudos

Os objetivos do ciclo de estudos de licenciatura em Solicitadoria constituem os referenciais do perfil formativo desejável para o(a) diplomado(a) do curso. O(A) diplomado(a) da licenciatura em Solicitadoria deve ter um perfil adequado à atividade de solicitadoria, tanto na sua vertente tradicional, bem como nas áreas das novas competências e atribuições que, fruto das alterações legislativas, se têm colocado como importantes desafios para estes profissionais. Neste contexto é exigido um conhecimento estruturado do ordenamento jurídico, dos principais regimes jurídicos núcleos duros do direito privado e do direito público atenta a duração do ciclo de estudos, domínio de conceitos técnico-jurídicos e uma forte componente ética. O(A)s licenciados(as) devem possuir capacidade analítica, crítica e de reflexão, bem como uma sólida capacidade de comunicação escrita e oral, elementos essenciais no desempenho profissional da solicitadoria, bem como para a prossecução de um eventual ciclo de estudos de especialização. O(A)s licenciados(as) devem ainda adquirir competências no domínio das tecnologias da informação, com enfoque na proteção de dados pessoais, espírito empreendedor e capacidade para desenvolver e coordenar trabalho de equipa.

Coerência dos objectivos definidos com a missão e a estratégia da instituição

Os objetivos estão em acordo com a missão, estratégia e projeto educativo da instituição. O plano de estudos, na sua atual organização procura responder às informações e observações apresentadas por entidades empregadoras, reuniões com a OSAE, bem como a sugestões que, ao longo dos anos, foram sendo apresentadas por estudantes e docentes, bem como dos diferentes órgãos da instituição. Destaca-se a preocupação com a adequação da formação a diferentes interesses futuros dos diplomados bem como as necessidades das empresas e outras organizações

Meios de divulgação dos objectivos aos docentes e estudantes envolvidos no ciclo de estudos

Na sessão de abertura do ano letivo e de boas vindas aos novos estudantes são expostos os objetivos e funcionamento do ciclo de estudos a todos os estudantes do curso. Em termos individuais, o esclarecimento dos estudantes sobre os objetivos e funcionamento do ciclo de estudos é também feito em ambiente de aula ao longo do semestre, no âmbito de esclarecimentos a questões suscitadas pelos estudantes. Nas primeiras aulas do ano letivo o coordenador e os docentes informam os estudantes sobre os objetivos e funcionamento do ciclo de estudos. Nas reuniões de coordenação semestrais com os docentes são também divulgados os objetivos, debatidos e se necessário atualizados. É ainda objeto de informação e análise o funcionamento do ciclo de estudos

2. Organização Interna e Mecanismos de Garantia da Qualidade

2.1. Organização Interna

Descrição da estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo, incluindo a sua aprovação, a revisão e actualização dos conteúdos programáticos e a distribuição do serviço docente

Constituem tópicos da definição e desenvolvimento do processo de política para a qualidade do ISCET a missão da instituição, a sua estrutura orgânica e funcional, a monitorização contínua de procedimentos, o diagnóstico e avaliação das situações e processos pedagógicos, científicos, culturais, sociais e administrativos, a ponderação sobre resultados de indicadores e estudos adequados e o comprometimento de toda a comunidade no projeto institucional. O Sistema Interno de Garantia de Qualidade (SIGQ), que abrange os recursos humanos e materiais do ISCET, visa a avaliação da qualidade da oferta formativa, da investigação e da interação com a comunidade através de atividades e estratégias que possibilitem o cumprimento da sua missão, bem como a circulação interna e externa de informação. Do SIGQ faz parte integrante o manual de Qualidade. O SIGQ, coordenado pelo Diretor, é constituído pelo Gestor de Qualidade (GQ) que programa, acompanha e analisa toda a informação do SIGQ, o Gabinete de Avaliação, Acreditação e Qualidade (GAAQ) que contempla toda uma estrutura técnica de apoio e o Conselho para o Desenvolvimento da Qualidade (CDQ), constituído pelo Diretor, pelos presidentes dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, pelo Provedor do Estudante, pelo gestor de qualidade e por um representante do pessoal não docente, ao qual compete acompanhar e pronunciar-se sobre o processo de tipificação e desenvolvimento dos mecanismos de qualidade e promover uma cultura de qualidade. O GQ produz um relatório anual sobre o funcionamento do sistema de garantia de qualidade, identificando pontos fortes e fracos do sistema. O CDQ analisa este relatório e formula recomendações para a melhoria do sistema. O Diretor, considerando a globalidade dos resultados e as recomendações apresentadas, decide sobre as ações a empreender. Com a elaboração deste relatório e a análise de toda a informação relevante avalia-se o grau de cumprimento dos objetivos propostos, contemplando-se, para o efeito, uma avaliação do desempenho dos docentes no que concerne ao processo de ensino aprendizagem, à investigação e à promoção de atividades extracurriculares. Avaliam-se também os planos de estudo e recursos pedagógicos, os processos de internacionalização, bem como o envolvimento de estudantes, pessoal docente e investigador, pessoal não docente e parceiros externos. Por forma a garantir uma adequada política institucional e o inerente cumprimento dos referenciais. Neste contexto, estão instituídos procedimentos normalizados para a elaboração e publicação das fichas de unidades curriculares, de relatórios de u.c. e de desempenho docente, e de avaliação pelos discentes sobre docentes e u.c., facilitados pela atual plataforma académica on line (Sophia), pelo Campus e pelo SIGQ das unidades curriculares, já implementado. O coordenador do ciclo de estudos tem um papel de primeira linha, apurando semestral e anualmente os registos

Forma de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade

Paralelamente ao SIGQ, as reuniões de coordenação (em média, duas por semestre), de que são produzidas e divulgadas atas, são regularmente apreciadas e impactam no funcionamento do ciclo de estudos e da instituição, permitindo manter mobilizado o corpo docente. Os Estudantes são envolvidos nestes processos quer através do Conselho Pedagógico, quer da representação pelos delegados de turma, quer por via da avaliação efetuada semestralmente

sobre o desempenho docente e das unidades curriculares. Há ainda uma relação de proximidade entre o coordenador e os estudantes que se consubstancia na existência de plataformas de contacto online, assim como no contacto permanente diário

3. Recursos Materiais e Parcerias

3.1 Parcerias

Eventuais parcerias internacionais estabelecidas no âmbito do ciclo de estudos

OSAE IBMEC Protocolos Erasmus + com as universidades de Valladolid, de Vigo, de Wloclawek, Universidade Europeia de Canárias, mobilidades de estudantes, docentes e staff. O ciclo de estudos conta com quatro novos protocolos de mobilidade ERASMUS com a Universidade de Santiago Compostela, a Universidade Europeia das Canárias, Tenerife, Universidade Anadolu, Eskisehir Turquia, Universidade Wloclawek, Polónia

Colaborações com outros ciclos de estudos, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais

Procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos

As reuniões de coordenação, assim como de coordenação entre coordenadores, permitem promover um conhecimento permanente da vida institucional e do funcionamento dos diferentes ciclos de estudo, o que se reflete nas oportunidades de trabalhos interdisciplinares e na organização de seminários interdisciplinares. A presença de todos os coordenadores no Conselho Técnico-Científico permite também uma atualização permanente dos coordenadores em relação a oportunidades e iniciativas conjunta

Práticas de relacionamento do ciclo de estudos com o tecido empresarial e o sector público

O ISCET relaciona-se com terceiras entidades através do seu Conselho Consultivo, assim como através de relações estabelecidas amiúde no âmbito de estágios curriculares, visitas de estudo, iniciativas comunitárias e junto de escolas secundárias e profissionais, e junto de entidades públicas. O convite de profissionais para seminários e aulas abertas é igualmente uma prática recorrente. A coordenadora de curso mantém reuniões anuais com a OSAE juntamente com coordenadores de curso de licenciaturas congéneres.

4. Processos

4.1 Objectivos de ensino, estrutura curricular e plano de estudos

Objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver

pelos estudantes, operacionalização dos objectivos e medição do seu grau de cumprimento

Para que os objetivos do curso sejam atingidos, redefiniram-se RA - Resultados de Aprendizagem (Intended Learning Outcomes), para melhor traduzir as competências a adquirir pelos estudantes, e que consequentemente devem ser proporcionados pelas diferentes unidades curriculares: OC1: proporcionar um conhecimento estruturado e alargado do ordenamento jurídico e dos principais regimes jurídicos, dirigido à prática profissional e à eventual realização de um ciclo de estudos de especialização. OC2: dotar os estudantes de capacidade para o uso de tecnologias de informação e comunicação ao nível do direito e da justiça, dirigidas em particular para o exercício profissional da Solicitoria e com enfoque na proteção de dados. OC3: capacitar o(a)s estudantes para tarefas de planeamento, organização, gestão de clientes, de processos e de agenda, negociação, prevenção e resolução de conflitos. OC4: estimular e desenvolver nos estudantes, capacidades de trabalho autónomo, competências de análise crítica e capacidade de utilização do conhecimento em situações práticas, de acordo com as orientações pedagógicas da instituição. OC5: assegurar uma adequada iniciação à prática profissional, através de atividades de contacto com a prática forense, registral e notarial, deontologia profissional e demais funções próprias da Solicitoria. OC6: desenvolver um espírito empreendedor nos estudantes e ferramentas relacionais e comunicacionais que permitam a inserção dos licenciados no mercado de trabalho, de forma autónoma ou integrada em organizações públicas ou privadas existentes. OC7: dotar o(a)s estudantes de capacidades relevantes para o seu desenvolvimento pessoal através da seleção de unidades curriculares optativas e de unidades curriculares obrigatórias que potenciem a capacidade de comunicação, escrita e oral, domínio linguístico, capacidade de liderança e negociação, trabalho em equipa e melhor relacionamento interpessoal, essenciais no desempenho da profissão. OC8: criar nos estudantes espírito de investigação, especialização e aprofundamento do conhecimento, encorajamento na inovação e investimento nos meios técnicos e humanos como fontes de competitividade a longo prazo e de criação de valor. OC9: consciencializar o(a)s estudantes sobre a responsabilidade social das organizações, valores e ética profissional, de modo a que incluam estas dimensões no exercício da profissão, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1,4,5,8,10,16 da Agenda 2030.

1.2 Resultados de aprendizagem esperados Para que os objetivos do curso sejam atingidos, definiram-se RA - Resultados de Aprendizagem (Intended Learning Outcomes), para melhor traduzir as competências a adquirir pelo(a)s estudantes, e que consequentemente devem ser proporcionados pelas diferentes unidades curriculares.

Conhecimento e Compreensão
RAC1 Compreensão básica

Demonstração de que a estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha

A estrutura do plano curricular está em acordo com os princípios do processo de Bolonha, sendo orientada para proporcionar ao aluno um perfil formativo atualizado, adequado às exigências do mercado, e capaz de lhe permitir adquirir e robustecer conhecimentos, competências relevantes e as aptidões necessárias ao desempenho de uma profissão. Cada unidade curricular cobre a totalidade ou parte dos resultados de aprendizagem (RA) definidos para o curso, eventualmente acrescentando RA específicos por u.c.. Pretende-se garantir que todos os RA são devidamente cobertos pelas unidades curriculares, de modo completo e coerente. Por outro lado, cada unidade curricular define métodos de ensino/aprendizagem e conteúdos programáticos adequados, isto é, estabelecidos de modo a garantir que são potenciadas as competências definidas – de conhecimento e compreensão, analíticas e intelectuais, práticas e transversais. São objetivos do curso que o esforço na fase de planeamento e a coordenação da atividade letiva deve garantir a coerência de todos estes elementos, evitando áreas por cobrir e

redundâncias ineficientes. Um mapeamento da correlação entre os Objetivos do Curso e as RA, e entre as RA e as u.c. assegura, assim, estes objetivos

Periodicidade da revisão curricular e forma de assegurar a actualização científica e de métodos de trabalho

O plano de estudos é ponderado anualmente, nas reuniões de coordenação, refletindo-se entre docentes e os órgãos de gestão as possibilidades de revisão/correção oportunas e de atualização, potenciando a melhoria de u.c., dos respetivos conteúdos e bibliografia

Modo como o plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica

Os alunos são mobilizados na participação em estudos e projetos, atividades de pesquisa e atualização desde logo no domínio da legislação e jurisprudência, investigação, reflexão, simulações de julgamento e de mediação de conflitos, seminários e palestras, diversificando-se as formas de aquisição e tratamento de informação, análise, preparação, apresentação de soluções jurídicas para questões próprias do domínio do exercício profissional da Solicitoria

4.2 Metodologias de Ensino e Aprendizagem

Adaptação da metodologias de ensino e das didácticas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares

As metodologias de ensino são objeto de análise, reflexão e partilha de experiência nas reuniões de coordenação de curso, o que se evidencia pelas atas de reunião de coordenação. Nestas reuniões e em desenvolvimento das normas e princípios orientadores do processo de ensino aprendizagem, apresentados e debatidos nas reuniões gerais de docentes no início de cada ano letivo, foram analisados os seguintes aspetos: Bibliografia: adoção de manuais adequados à respetiva UC e ano curricular, bem como às respetivas saídas profissionais; em alguns casos os docentes são autores de obras desenvolvidas para o processo de ensino aprendizagem das uc que lecionam, e/ou de artigos com relevância para o estudo de conteúdos programáticos integrados no domínio das uc em que lecionam. Tipologia e adequação das metodologias: abordagem expositiva em aulas teórico-práticas, aprendizagem baseada em desafios e problemas: resolução de estudos de caso, aplicando o direito a situações práticas inspiradas na experiência profissional dos docentes e em factos extraídos da jurisprudência dos nossos tribunais superiores, partilha de estudos de caso resolvidos no campus online; análise crítica e debate de jurisprudência relevante no domínio das diferentes uc; elaboração de newsletter jurídica (recolha de informação jurídica e espaço para outra informação designadamente de carácter solidário, cultural...) <https://www.iscet.pt/pt/ex-lege-newsletter-juridica> aprendizagem em equipa: realização e apresentação de trabalhos em equipa; apresentações em ambiente de aula; aprendizagem mista: estudo dos conteúdos programáticos em ambiente de aula com recurso ao método expositivo e proposta resolução de problemas no campus, com recurso a exercícios de aplicação prática, quer em ambiente de aula, quer de forma assíncrona; propostas de trabalhos com desenvolvimento de trabalho autónomo (individual e/ou em equipa), como pesquisa de legislação, jurisprudência e doutrina; reflexão sobre problemas propostos. promoção das novas tecnologias: uso das TIC para pesquisa de legislação e de trabalhos preparatórios da lei; técnicas de pesquisa de informação jurídica e forense; disponibilização de base de dados jurídica no campus online; utilização do campus online como plataforma de b-learning (informação, comunicação e avaliação,); aproximação à prática profissional: convite de

profissionais para aulas abertas, seminários, colóquios e congressos; elaboração de relatórios pelos estudantes sobre tais eventos, incluindo uma reflexão pessoal sobre os temas abordados e conhecimentos adquiridos; assistência a audiências de discussão e julgamento em tribunal; visitas de estudo à Assembleia da República;

Verificação de que a carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS

O ajustamento da carga de trabalho proposta aos estudantes é realizado na sequência de aferição através do inquérito periodicamente realizado aos discentes e através do contacto entre docentes e discentes, que sempre ocorre com grande proximidade e regularidade

Formas de garantir que a avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da aprendizagem da unidade curricular

São encorajados métodos de avaliação que sistematizem o mais objetivamente possível os elementos de avaliação e, nestes, as componentes de aprendizagem constantes nas fichas de u.c.. A sua apreciação e revisão é feita em sede de coordenação e por cada docente com periodicidade anual. Este tema é tratado nas reuniões de coordenação do ciclo de estudos

Metodologias de ensino que facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas

convite de profissionais para aulas abertas, seminários, colóquios e congressos; elaboração de relatórios pelos estudantes sobre tais eventos, incluindo uma reflexão pessoal sobre os temas abordados e conhecimentos adquiridos; assistência a audiências de discussão e julgamento em tribunal;

5. Resultados

5.1 Resultados Académicos

Comparação do sucesso escolar nas diferentes áreas científicas do ciclo de estudos e respectivas unidades curriculares

A taxa de sucesso do ciclo de estudos é elevada, notando-se, todavia, uma melhoria contínua ao longo do curso, fruto de um envolvimento e uma identificação cada vez maior do estudante como curso

Forma como os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para definição de acções de melhoria do mesmo

No referente à monitorização do sucesso escolar e definição de acções de melhoria para diminuir a taxa de insucesso nas u.c. em que são elevadas, cada docente, de acordo com o sistema de avaliação da qualidade, produz o relatório da u.c. que leciona, refletindo sobre as diversas estatísticas (mais do que simplesmente sobre a taxa de sucesso) e propondo, conseqüentemente, acções de melhoria, que posteriormente são ponderadas pela coordenação nas reuniões do CTC e do CP. De salientar ainda a importância do Moodle para a

disponibilização de materiais de estudo a serem estudados em contexto de trabalho autónomo. Em resultado da grande proximidade entre os docentes e os estudantes, os casos de insucesso são rapidamente diagnosticados e solucionados. Este parâmetro do processo de ensino-aprendizagem é analisado nas reuniões de coordenação de cursos de início e de fim de semestre, e sempre que necessário têm lugar reuniões intermédias de acompanhamento

5.2 Resultados das actividades científicas, tecnológicas e artísticas

Indicação do(s) Centro(s) de Investigação devidamente reconhecido(s), na área científica predominante do ciclo de estudos e respectiva classificação

Número de publicações do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 5 anos e com relevância para a área de ciclos de estudo

Outras publicações relevantes

Impacto real das actividades científicas, tecnológicas e artísticas na valorização e no desenvolvimento económico

Integração das actividades científicas, tecnológicas e artísticas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais

Assistências a audiências de julgamento no Palácio da Justiça; Visita ao Parlamento Europeu, Bruxelas em março; Conferência “O orçamento de Estado para 2024 e as alterações no quadro fiscal”, participação da Cerejeira Namora e Marinho Falcão, Soc. de Advogados; Aula aberta Dr. Eduardo Couto Pereira, Juiz de Direito, intervenção na aula de Processo Executivo; Colóquio “A proteção jurídica dos consumidores: da teoria à prática”, com a intervenção de três oradores; Jornadas do Direito do Trabalho, com vários oradores convidados e com comunicações apresentadas por docentes do ciclo de estudos; Clube do debate atividade semanal organizada para os estudantes, com vista a desenvolver as competências de comunicação.

Utilização da monitorização das actividades científicas, tecnológicas e artísticas para a sua melhoria

5.3. Outros Resultados

Actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada

Assistências a audiências de julgamento no Palácio da Justiça; Visita ao Parlamento Europeu, Bruxelas em março; Conferência “O orçamento de Estado para 2024 e as alterações no quadro

fiscal”, participação da Cerejeira Namora e Marinho Falcão, Soc. de Advogados; Aula aberta Dr. Eduardo Couto Pereira, Juiz de Direito, intervenção na aula de Processo Executivo; Colóquio “A proteção jurídica dos consumidores: da teoria à prática”, com a intervenção de três oradores; Jornadas do Direito do Trabalho, com vários oradores convidados e com comunicações apresentadas por docentes do ciclo de estudos; Clube do debate atividade semanal organizada para os estudantes, com vista a desenvolver a competências de comunicação.

Contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica, e a acção cultural, desportiva e artística

QUIZ Ases do direito nos anos letivos 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024
Organização de visitas de contacto com órgãos de soberania numa aproximação às instituições, à vida profissional e promoção de uma cidadania ativa:- Assistência a audiências de discussão e julgamento- Visita à Assembleia da RepúblicaAtividade pedagógica-científica:- Participação dos discentes na elaboração da newsletter jurídica Ex Lege

Adequação do conteúdo das informações divulgadas ao exterior sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado

A instituição regularmente atualiza os seus materiais de comunicação, nomeadamente brochuras e os conteúdos na Internet (website institucional e redes sociais), mas também se faz notar através de publicações científicas (caso da revista "Percurso & ideias"), em que comunica a sua oferta formativa e demais atividades. Nos anos mais recentes a instituição tem apostado por divulgar instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado noutros meios e formatos mais adequados ao público-alvo

Nível de internacionalização

A participação na rede internacional proporcionada pelo programa Erasmus+ é particularmente relevante para o intercâmbio de professores, estudantes e funcionário

6. Análise SWOT do ciclo de estudos

6.1 Objectivos gerais do ciclo de estudos

Pontos fortes

Preparação para o mercado de trabalhoEspírito de comunidade e da criação de networking entre os alumni

Pontos fracos

Oportunidades

Número crescente de saídas profissionais; a digitalização dos serviços e profissões no domínio da soliciatoria

Constrangimentos

6.2 Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Pontos fortes

comunicação clara e acessível

Pontos fracos

Oportunidades

Novas plataformas digitais; parcerias da IES em Erasmus, com inúmeros locais de estágio, organizações e associações

Constrangimentos

6.3 Recursos materiais e parcerias

Pontos fortes

Parcerias com a OSAE, Ordem dos Despachantes Oficiais, AEP, ANJE, APAT, Solicitadores, Agétes de Execução, rede Alumni

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos

6.4 Pessoal docente e não docente

Pontos fortes

Balanço entre docentes de perfil académico e docentes especialistas inseridos no mercado de trabalho nas área de atuação que constituem saídas profissionais do curso

Pontos fracos

Oportunidades

Aprofundamento da investigação científica e parcerias

Constrangimentos

6.5 Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

Pontos fortes

Cultura interna de proximidade pessoal, académica e profissional; bom ambiente de ensino/aprendizagem, garantindo a participação de toda a comunidade educativa; Metodologias: utilização de metodologias que, no âmbito da sua variabilidade, promovem os processos de aprendizagem adaptados á diversidade das temáticas e condições de ensino, consolidando a introdução de abordagens inovadoras; desenvolvimento de estratégias suscetíveis de favorecer a motivação de estudantes;

Pontos fracos

Oportunidades

Desenvolvimento de soft skills; formação no domínio da digitalização: Criação de um curso de mestrado em solicitadoria

Constrangimentos

6.6 Processos

Pontos fortes

Sistema Interno de Garantia de Qualidade: compreende mecanismos que asseguram a coordenação das componentes institucionais, pedagógicas e científicas de ensino/aprendizagem.

Pontos fracos

Oportunidades

Conselho Consultivo: constituído por entidades com estatuto relevante na sociedade como o IRN - Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., AEP - Associação Empresarial de Portugal, ANJE – Associação Nacional dos Jovens Empresários;

Constrangimentos

6.7 Resultados

Pontos fortes

procura estável do ciclo de estudos, nível adequado de diplomados; baixa taxa de desistência

Pontos fracos

Oportunidades

Ingresso dos estudantes de CTeSp na licenciatura pela continuação de estudos

Constrangimentos

7. Proposta de acções de melhoria

7.1 Objectivos gerais do ciclo de estudos

Pontos fortes

Atual, adequado às saídas profissionais e desafios da Solicitadoria, está de acordo com os objetivos do ciclo de estudos;

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos

7.2 Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Pontos fortes

Sistema Interno de Garantia de Qualidade: compreende mecanismos que asseguram a coordenação das componentes institucionais, pedagógicas e científicas de ensino/aprendizagem

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos

7.3 Recursos materiais e parcerias

Pontos fortes

Recursos: disponibilização de acervo bibliográfico físico e digital; salas equipadas com quadros interativos; plataforma e-campus; salas de informática adequadamente equipadas;

Pontos fracos

Oportunidades

Digitalização, IA

Constrangimentos

7.4 Pessoal docente e não docente

Pontos fortes

Corpo docente: estável, qualificado e especializado, com experiência acumulada; equilíbrio entre doutorados e especialistas, integra Solicitadores, Advogados

Pontos fracos

Oportunidades

Intensificação e melhoria da produção cinetífica, aproveitamento das parceiras com diversas instituições e organizações

Constrangimentos

7.5 Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

Pontos fortes

Cultura interna de proximidade pessoal, acadêmica e profissional; bom ambiente de ensino/aprendizagem, garantindo a participação de toda a comunidade educativa; Metodologias: utilização de metodologias que, no âmbito da sua variabilidade, promovem os processos de aprendizagem adaptados á diversidade das temáticas e condições de ensino, consolidando a introdução de abordagens inovadoras; desenvolvimento de estratégias suscetíveis de favorecer a motivação de estudantes;

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos

7.6 Processos

Pontos fortes

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos

7.7 Resultados

Pontos fortes

Pontos fracos

Oportunidades

Constrangimentos